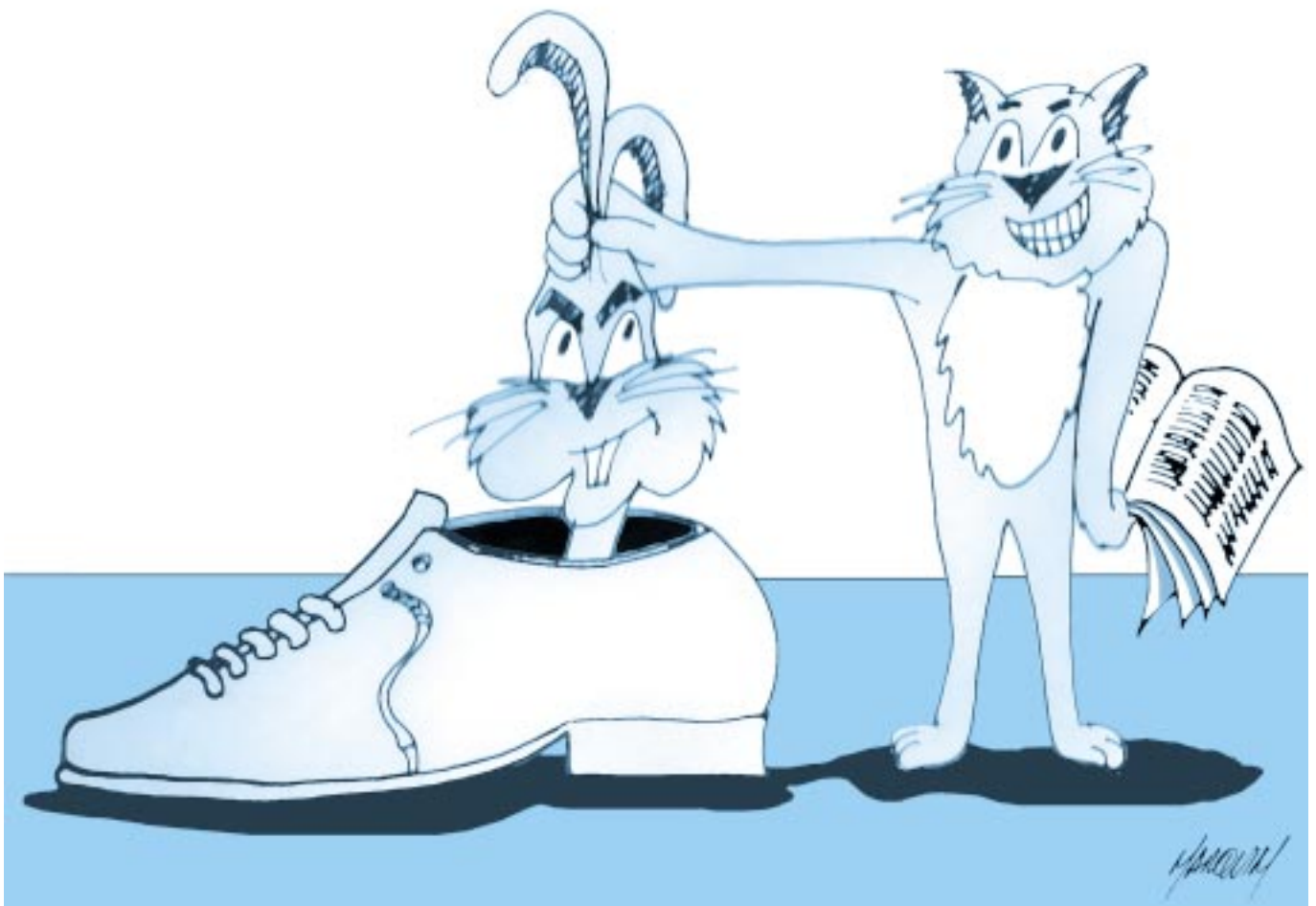


SOBRE “LEBRES, GATOS E SAPATOS...”



*“A publicação é a nossa ‘mercadoria-dinheiro’. Com ela ‘trocamos’ cargos, títulos, e até mesmo o credenciamento de disciplinas na pós-graduação”, afirma o professor **Reinaldo Furlan**, do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP. Neste artigo, que se propõe a analisar o processo de avaliação docente na Universidade de São Paulo, o professor Furlan vai além da proposta inicial e traça um perfil do ensino de graduação.*

Vivemos um processo “alucinado” por publicações. Um processo maciço! Grosso modo, nos encontramos todos nos laboratórios ou salas de trabalho com o mesmo objetivo: publicar. E, em geral, todas as outras atividades são, em maior ou menor grau, sentidas como uma interrupção indesejável desse trabalho. Afinal, é a pesquisa que rende a publicação, o que há de mais valioso para a manutenção do emprego e para a conquista das verbas, do prestígio e do poder nesta universidade. A publicação é a nossa “mercadoria-dinheiro”. Com ela “trocamos” cargos, títulos, e até mesmo o credenciamento de disciplinas na pós-graduação.

Nesse último caso, a situação parece extrema: a publicação em um ou dois periódicos de qualidade questionável vale mais do que anos de pós-graduação nas melhores universidades do país. Como se fosse preciso publicar para ser bom professor!

A essa altura do “campeonato”, às vezes é difícil distinguir gato de lebre! Discutindo a questão da necessidade da publicação para o exercício da docência, na pós-graduação, a afirmação de um colega, que aqui assumo, pareceu-me exagerada, num primeiro momento. Sua frase fora lapidar: “Para a docência não é preciso a publicação.” E lembrava: “Há exemplos de bons professores que não publicam, e de bons pesquisadores que não são bons professores. E se a situação desses é confortável, na

universidade, e a daqueles, angustiante, o que isso significa, em última instância, senão que o ensino não é prioridade na universidade, a despeito dos discursos oficiais, no sentido contrário?”

O professor Marcovitch, digníssimo reitor da USP, tem insistido que a universidade deve formar cidadãos, e que a formação do aluno deve ser global. Há pouco tempo o vi dizendo isso no programa *Brasil Pensa*, da Rede Cultura, numa discussão sobre a Universidade. Tinha a incômoda impressão de estar perdendo o meu tempo. Explico: contrariamente ao que propõe o digníssimo reitor, a sua universidade “encaixota” seus professores em suas pesquisas específicas. Ora, o mesmo princípio que me causava desconforto, quando assistia a um programa que, sem dúvida, interessava à sociedade em geral, mas, sobretudo, a nós, professores universitários, é o mesmo que afasta os colegas de qualquer discussão mais ampla sobre os tempos atuais, assim como das discussões de áreas afins de pesquisa, que contribuem para o alargamento do pensamento, e conseqüentemente, com a própria pesquisa.

A Adusp regional de Ribeirão Preto, por exemplo, tem patrocinado mensalmente um evento para discutir o tema da globalização. Não é preciso publicar sobre mundialização (termo preferido por Renato Ortiz, na última palestra, ao referir-se à cultura) ou fazer de-la tema específico de pesquisa, para que o evento desperte interesse, se a formação da universidade de-

ve ser global. E, no entanto, entre outras atividades desse gênero, o mesmo princípio férreo (não é o único, sem dúvida) deve desestimular a participação docente, sempre muito escassa. Parafraseando Ortiz, paradoxalmente eu diria que o “espaço vivido” diminuiu muito na universidade, a despeito da mundialização! A universidade perde cada vez mais a atmosfera de discussão dos problemas sociais, e o espaço da discussão política fica cada vez mais reduzido a especialistas e suas pesquisas.

Publicar muito e rápido

A publicação, hoje, ameaça de corrupção a pesquisa. Desde a corrupção no sentido restrito do termo até a sua vulgarização. As circunstâncias favorecem e estimulam o surgimento dos “falsos moedeiros”. Hoje é preciso publicar muito, e o mais rápido possível. Nossos contratos precários, por exemplo, vencem a cada dois anos, e a cada vez enfrentamos o fantasma das publicações. Ora, considerando-se o tempo médio dos pareceres das revistas, e, a seguir, o das publicações, não é difícil prever o “sufoco” por que podemos passar a cada dois anos (ou os que esperam preservar suas bolsas de pesquisa, cada vez mais raras, de renovação anual!). No caso de o artigo ser recusado, dobra-se o prazo! O que nos permite concluir, fazendo um trocadilho, que o “tempo da USP” não é o “tempo das publicações”. Mas a questão mais importante, ainda que menos vital (ao menos a curto

prazo), diz respeito ao tempo necessário para a boa pesquisa, ou para o pensamento de forma geral (tema abordado também por Roberto Romano, no ciclo de palestras citado). A necessidade das publicações e a velocidade com que devem ser feitas, inviabilizam processos de longo prazo; não há tempo nem tranquilidade necessários para a maturação de idéias.

Atualmente, qualquer aluno de iniciação científica deve publicar, e de preferência em revistas internacionais; na área experimental, vejo pós-graduandos procurarem, na *Internet*, as últimas novidades em publicações, como se a ciência destruísse e reconstruísse todo o saber a cada dia que passa! E, no entanto, boa parte desses alunos não conhece as obras “clássicas” de suas áreas de pesquisa, consolidadas no tempo e na comunidade científica, que representam anos, às vezes décadas, de pesquisa, cujos modelos teóricos são tão questionáveis como desbravadores de horizontes. Arrisco a dizer que, se conhecessem, não se ocupariam freneticamente dos *papers*, que acabam constituindo em grande parte suas formações: cuidariam mais da discussão dos fundamentos, modelos e dados da própria pesquisa.

Nas ciências humanas, a experiência que tenho vivido aponta na mesma direção. Nossos alunos quase não lêem os clássicos (sem dúvida, também responsabilidade nossa): lêem comentadores, ou pesquisas na perspectiva piagetiana, marxista, foucaultiana... e eles mesmos fazem as suas pesquisas à luz desses referenciais teóricos...

mas, na maioria das vezes, sem nunca terem lido uma única obra de Piaget, Marx, Foucault etc.

Que nome dar a isso tudo, se não o de vulgarização das pesquisas, do pensamento, e de desperdício de dinheiro (e de árvores, também)? O que não significa dizer que não há nada de bom nesses trabalhos ou nessas publicações. Parte delas constitui, certamente, bons artigos. Uma parte mais restrita certamente justifica sua publicação enquanto pensamentos atuais, vivifica o próprio pensamento. Mas quero dizer que a maior parte das publicações não pode ocupar o lugar que ocupa hoje, em detrimento de leituras fundamentais; afinal, quando se lê algo, deixa-se de ler outras coisas, e não sei se há coisa mais importante em uma orientação de pesquisa do que a seleção das melhores leituras. Em outros termos, parece que vivemos, hoje, saltando nas pontas dos galhos, sem o necessário cuidado com os galhos mais “fortes” ou com o tronco da árvore! Não vou falar das “raízes”, que é questão para a filosofia!

Para que a relação, então, entre a leitura das produções atuais e a leitura dos “clássicos” seja equilibrada, ela deve, primeiro, ser restaurada.

Eis a questão: ou corremos o risco de fazer pesquisa, ou transformamos a universidade em uma “fábrica de bens para consumo interno imediato”, cuja duração sequer está sendo pensada. Em outros termos, ou projetamos a longo prazo nossas questões e refletimos

sobre nossos modelos teóricos na atividade de pesquisa, ou nos lançamos “às cegas” a um “empirismo selvagem” que tanto pode levar a muitas descobertas interessantes quanto à produção de muitas pesquisas de sentido duvidoso, que representam um desperdício muito grande de tempo e dinheiro. Mesmo assim, será preciso, em algum momento, ordenar essa produção de idéias e de experimentos, separar o joio do trigo, e estabelecer os modelos ou os paradigmas progressistas, que de fato fazem o conhecimento avançar.

Graduação

Por fim, quero aproveitar para juntar, a essas idéias, uma outra reflexão, da mesma família, que me ocupa há tanto tempo quanto. Já me referi a ela, anteriormente. Trata-se do caráter informativo e superficial dos cursos de graduação. Tomo como exemplo o curso de Psicologia, do qual faço parte. Nossos alunos passam, em média, 6,5 horas diárias em atividades didáticas ou de estágio. Se considerarmos oito horas de estudo uma média razoável para a formação de graduação (afinal, nossos jovens fazem outras coisas também), sobram apenas 1,5 horas para a leitura, que, imagino, não são bem aproveitadas após 6,5 horas escutando um outro falar (seria pelo menos um bom treino de resistência para a profissão?!). Acrescente-se que muitos de nossos alunos fazem, inclusive, mais de 5.000 mil horas nos cinco anos do curso de Psicologia!

Ora, qual a filosofia dessa formação, senão a de que quem ensina é o professor e de que, quanto mais conteúdo, melhor a formação do psicólogo? Como criar, dessa forma, a desejável autonomia de leitura? Costumo dizer a meus alunos que ninguém ensina filosofia a ninguém (é exagero, mas enfatiza o essencial!); o máximo que o professor faz, e deve, é abrir horizontes ou espaços novos de pensamentos (em geral, é isso que cumprem nossas aulas expositivas), é auxiliar, enfim, numa trajetória de pensamentos, que se percorre apoiado também nos pensamentos dos outros (nos livros).

Grosso modo, pensamos juntos. E é difícil dizer onde termina o pensamento do outro e onde começa o meu, para falar como Merleau-Ponty. Mas a questão é que cada um deve assumir por conta própria essa tarefa. Ninguém pode realizá-la pelo outro. Nesse sentido, pensar é sempre pensar de novo. Ora, não se pode ignorar a importância da leitura nesse processo – afinal, é junto com o pensamento dos outros, sobretudo esses consolidados na comunidade científica e acadêmica (os “clássicos”), que o professor ensina, e o pesquisador pesquisa. Mas a importância está numa leitura que deve ser “ruminada”, para falar como Nietzsche, e não feita de maneira “dinâmica” através de uma infinidade de textos menores.

Do modo que a situação está, a impressão é que entediamos nossos alunos, que, em contrapartida, se propõem equivocadamente, às vezes, oito ou nove disciplinas por semestre!

Dias atrás, um colega recém-chegado ao departamento e imbuído das melhores intenções em sala de aula, queixava-se da apatia dos alunos. Eu ponderava, já tendo feito comigo a mesma reflexão: “Quando entramos em sala para

Chegamos, inclusive, a tratar nossos alunos como se fossem analfabetos, quando assumimos a exposição de conteúdos descritivos que se encontram nos livros! (...) Essa é a filosofia de ensino dominante, do contrário, não haveria necessidade de tantas horas de aula (...)

dar a aula que preparamos durante a semana, parece que somos os únicos na formação dos alunos, ou apenas dois ou três. Na verdade, nós refletimos nossa situação: temos poucas turmas e temos a impressão que a graduação desses alunos se reduz à nossa presença ou à de poucos professores. Mas, em geral, quando entramos em sala, esses alunos já tiveram outra aula no mesmo dia, outras no dia anterior, e assim sucessivamente, como terão nos dias vindouros, de forma que a universidade mais parece realizar um desgaste do tempo de estudo, do que um espaço de pensamento.”

O modelo é paternalista, toda a tarefa é atribuída ao professor, encarregado de transmitir o saber a alunos passivos em sala de aula. E também empobrecedor, na medida em que o tempo desmedido ocupado pelo professor na formação do aluno, se constitui em prejuízo do tempo que a leitura dos “clássicos” deveria ocupar. Chegamos, inclusive, a tratar nossos alunos como se fossem analfabetos, quando assumimos a exposição de conteúdos descritivos que se encontram nos livros! (Será preciso lembrar Paulo Freire, mais uma vez?). Essa é a filosofia de ensino dominante, do contrário não haveria necessidade de tantas horas de aula; não adianta contrapor, por isso, a necessidade de o aluno estudar bastante

fora da sala de aula, o que, sem dúvida, muitos professores exigem, pois, para que isso seja plausível (a despeito da obstinação de parte dos alunos) e tenha qualidade, é preciso tempo para fazê-lo, e não só tempo, mas também cabeça descansada.

Do jeito que está, como diz outro colega, “há os que ‘fingem’ que ensinam e os que ‘fingem’ que aprendem” (é exagerado, mais uma vez, mas serve para apontar para o essencial). Na verdade, a questão de saber se se ensina ou não, e do quanto se ensina, depende da concepção de ensino ou daquilo que se pretende ensinar!